

CPMI DO INSS

Em acordo com a oposição, governo consegue evitar a convocação de Frei Chico, dirigente de uma das entidades citadas no escândalo

Blindagem ao irmão de Lula

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

O Planalto obteve uma vitória, ontem, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS. Por acordo entre a base governista e a oposição, Frei Chico, irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não será convocado para depor. Ele é vice-presidente do Sindinapi (Sindicato Nacional dos Aposentados Pensionistas e Idosos), uma das entidades citadas no escândalo de descontos irregulares. Em contrapartida, ficou acertado, também, que o ex-ministro **Paulo Guedes** não será chamado.

Também favorável ao governo foi o acordo para que o vice-presidente da CPMI seja o deputado Duarte Jr. (PSB-MA). O Executivo amenizou, assim, a derrota sofrida na semana passada, quando a oposição conseguiu colocar no comando do colegiado o senador Carlos Viana (Podem-MS), como presidente, e o deputado Alfredo Gaspar (União-AL), na relatoria.

Neste início de trabalho da comissão, foram definidos os primeiros depoentes. O advogado Eli Cohen, responsável pelas denúncias que motivaram a Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, será ouvido na quinta-feira, às 9h.

Extinção

Entre 2019 e 2021, o Ministério da Previdência foi extinto e suas atribuições, deslocadas para uma secretaria especial vinculada ao então Ministério da Economia, chefiado por Paulo Guedes, no governo Bolsonaro. Outros dois ministros da Fazenda (Henrique Meirelles e Eduardo Guardia), durante o governo de Michel Temer, também foram poupados.

Cohen ganhou destaque por ter descoberto um esquema de fraude estruturado envolvendo associações que realizavam descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas, além de operações de crédito consignado compulsório sem autorização dos titulares. Ele fez a denúncia ao identificar atas adulteradas de assembleias de associações. O advogado classificou o caso como um crime organizado.

Estratégia

Segundo o presidente da comissão, Carlos Viana, a escolha é



A CPMI do INSS começará os depoimentos na próxima quinta-feira, com o advogado que fez as denúncias

estratégica. “Gostaríamos muito da participação dele para que possa nos dizer, com clareza, os detalhes que já conhece e que estão à disposição dos inquiridos. Ele foi um dos primeiros a denunciar o esquema criminoso”, explicou, após a aprovação do plano de trabalho do colegiado.

Além de Cohen, a CPMI aprovou a convocação de nomes centrais no escândalo, entre eles, Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como "Carreca do INSS", e o empresário do setor da saúde Maurício Camisotti, apontado como um dos

beneficiários finais das fraudes. Eles serão chamados em sessões seguintes.

Também foram aprovados requerimentos para ouvir ex-ministros da Previdência desde 2015, superintendentes do INSS, representantes da Dataprev, servidores técnicos envolvidos na concessão de créditos e descontos, além de presidentes de associações com acordos de cooperação técnica firmados com o instituto nos últimos 10 anos.

O relator da CPMI, Alfredo Gaspar, frisou que os trabalhos começaram sem tumulto, apesar das

divergências políticas. “Chegamos a um consenso inicial: ninguém será poupado, e ninguém será perseguido. O objetivo é identificar os culpados com base em dados e fatos”, declarou.

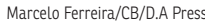
Gaspar destacou que a comissão já identificou uma célula de organização criminoso ligada às fraudes. "Esse é o rito inicial: ouvir quem participou da investigação, na quinta-feira; depois, ex-ministros da Previdência, membros do INSS e dirigentes das associações. E, num momento seguinte, o Camisotti e o Careca do INSS também virão depor", completou.

» Senadores desembarcam

Três senadores da base governista vão deixar a CPMI do INSS, após a oposição vencer o governo e conquistar a presidência e a relatoria do colegiado. Ainda oficializarão o desembarque os senadores Renan Calheiros (MDB-AL) e Omar Aziz (PSB-AM). Otto Alencar (PSD-BA) teve a saída sacramentada ontem. A senadora Augusta Brito (PT-CE) já foi confirmada como uma das substitutas. Nos bastidores, os parlamentares que pretendem deixar o colegiado consideram o cenário "totalmente imprevisível". Governistas apontam que, apesar de a CPMI ter um escopo definido e não poder avançar além do tema, as ações de sigilo podem revelar informações que criem problemas para o governo. Independentemente de a informação poder usada pela comissão, o vazamento de dados sempre termina ocorrendo.

No total, 910 requerimentos aguardam apreciação. Entre eles, pedidos de compartilhamento de informações do Supremo Tribunal Federal (STF), onde o ministro André Mendonça conduz os inquéritos. Viana antecipou que solicitará uma agenda com o magistrado para dar celeridade às investigações.

“Começamos bem e, a partir de quinta-feira, a população terá acesso a tudo o que aconteceu no INSS. É o nosso compromisso de transparência e de prestação de contas”, reforçou o presidente da comissão.



A deputada Bia Kicis: "Se alguém no governo Bolsonaro atuou de forma fraudulenta, tem de pagar também"

Kicis: governo está desesperado

» LETÍCIA CORRÊA*

A deputada Bia Kicis (PL-DF) disse haver “desespero” por parte do Planalto com o fato de a oposição ter assumido o comando da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS. “O governo tinha articulado para que essa CPMI terminasse em pizza. Eles haviam indicado um presidente e um relator que não assinaram o requerimento da CPMI — que são governistas —, cujo destino, claramente, seria o das outras que a gente acompanhou nos últimos tempos”, ressaltou, em entrevista às jornalistas Ana Maria Campos e Denise Rothenburg, no programa *CB.Poder* — parceria entre o **Correio** e a TV Brasília.

O presidente do colegiado é o senador Carlos Viana (Pode-mos-MG), e a relatoria está nas mãos do deputado Alfredo Gaspar (União-AL). De acordo com Kicis, tomar o comando da CPMI foi um “golaco” contra o governo.

Ela assegurou que a direção da CPMI tem o compromisso de apurar as fraudes, independentemente do lado político, pois as apurações compreenderão as gestões desde

2015. “Se alguém no governo Bolsonaro atuou de forma fraudulenta, tem que ser identificado e pagar também. O relator trouxe números das fraudes. Então, na época de Bolsonaro, eram em torno de 700 milhões; em 2024, passaram para 2 bilhões. Há realmente um aumento”, destacou.

Inelegível

A parlamentar saiu em defesa de Bolsonaro, classificado por ela de um homem “honesto e íntegro”. E disse que eleição sem o ex-presidente é golpe. O ex-chefe do Executivo, porém, está inelegível até 2030, sentenciado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele foi condenado por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação — e, na semana que vem, começa o julgamento dele, no Supremo Tribunal Federal (STF), por tentativa de golpe de Estado.

Kicis afirmou que ouve elogios ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) — um dos presidenciáveis para 2026 —, porém disse não aceitar que Bolsonaro seja excluído da corrida pelo Planalto.

A deputada relatou ter tido acesso a denúncias feitas no Tribunal Penal Internacional — organização que julga crimes contra a humanidade— contra o Poder Judiciário, por causa do processo contra Bolsonaro e os envolvidos no 8 de Janeiro.

“Isso ainda não foi divulgado, mas será divulgado nos próximos dias, nas próximas semanas. Uma instância que mostra e reafirma crimes que estão sendo cometidos. E digo mais: a coisa é grave, crimes análogos a crimes de guerra. Essas denúncias não partiram de Bolsonaro ou de apoiadores. Partiram de advogados e de instituições de análise política, que são isentas; elas não têm lado direito ou esquerdo, elas denunciam o lado que for”, declarou.

A parlamentar ainda ressaltou o respaldo que o presidente norte-americano, Donald Trump, tem dado à oposição no Brasil. “O apoio dos Estados Unidos é muito forte, porque estamos sendo vistos como um país sem democracia, o que é um constrangimento e tanto”, frisou.

***Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa**

The image is a vertical banner divided into two main sections by a horizontal line. The top section features a photograph of a woman, Edileuza, and her two children in a kitchen. They are all smiling and appear to be enjoying a meal together. The bottom section has a dark blue background with white and yellow text. It includes a QR code in the top right corner, a headline asking if you remember life before social programs, and a timeline comparing the year 2018 to 2025. A large yellow number '800' indicates the number of people benefited monthly. A paragraph at the bottom describes how GDF's programs helped during the pandemic, and a logo for GDF is at the very bottom.

Lembra como a vida era difícil para milhares de famílias antes dos programas sociais deste GDF?

SAIBA MAIS.

Edileuza e seus dois filhos, beneficiados pelos programas sociais do GDF

2018

2025

800 mil pessoas beneficiadas, mensalmente, em todo o Distrito Federal.

Durante a pandemia, quando o desemprego atingiu muita gente, a Edileuza passou sufoco para comprar comida para a sua família. Ai, este GDF criou programas que levaram alento para ela e milhares de pessoas: o Cartão Prato Cheio e o Cartão Gás. O GDF também reduziu o preço do almoço nos Restaurantes Comunitários, de R\$ 3,00 para R\$ 1,00. E ainda passou a oferecer café da manhã e jantar por apenas R\$ 0,50 cada, todos os dias. Este GDF vai continuar trabalhando para melhorar, ainda mais, a vida de todos. **Este GDF vai lá e faz.**

GDF